



**PARECER JURÍDICO**

**PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO Nº 9/2017-00037**

**MODALIDADE: PREGÃO**

**TIPO: menor preço**

Senhor(a) Presidente da Comissão de Licitação

Vem a esta Assessoria Jurídica, para exame e aprovação, as minutas de Edital e Contratos com vistas à deflagração do procedimento licitatório para CONFECÇÃO DE PRONTUÁRIOS/CARTILHAS SUAS, PARA MANUTENÇÃO DO IGD-SUAS DO MUNICIPIO DE TUCUMÃ

O(s) texto(s) da(s) minuta(s) em análise, sob o ângulo jurídico - formal, guarda(m) conformidade com as exigências legais preconizadas para os instrumentos da espécie, em especial a Lei nº 8.666/93.

Diante do exposto, opino pela aprovação da(s) minuta(s), propondo o retorno do processo a Comissão de Licitação para as providências cabíveis.

TUCUMÃ-PA, 18 de Maio de 2017

Assessoria Jurídica

**Pedro da Silva Neto Júnior**  
Procurador Geral do Município  
Decreto nº 037/2017

RUA DO CAFÉ, S/N - MORUMBI, TUCUMÃ/PA



MUNICÍPIO DE TUCUMÃ – PA PREFEITURA MUNICIPAL  
 PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL



MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL



CHECKLIST ANEXO AO 1º PARECER JURÍDICO DE ANÁLISE DO EDITAL MINUTAS E ATOS ADMINISTRATIVOS DO CERTAME

Sob a ótica da Lei nº 10.520/02 e no Decreto nº 3.555/00, conjugados com as regras da Lei nº 8.666/93, de aplicação subsidiária, a instruir a fase interna do procedimento licitatório na modalidade pregão, no formato presencial:

Processo licitatório nº	9/2017-00037		
Objeto Contratado:	Confecção de prontuários/cartilhas SUAS, para manutenção do IGD-SUAS do município de Tucumã-PA		
<b>ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS A SEREM VERIFICADOS</b>		<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
1. Abertura processo administrativo (art.38, caput, Lei nº 8.666/93)?	<input checked="" type="checkbox"/>		
2. Consta a solicitação/requisição do objeto, elaborada pelo agente ou setor competente? (Acórdão 1573/2008 Plenário - TCU)	<input checked="" type="checkbox"/>		
3. Consta a autorização da autoridade competente para a abertura da licitação? (art. 38, caput, da Lei nº 8.666/93)	<input checked="" type="checkbox"/>		
4. Existe termo de referência com especificação do objeto com nível de precisão adequado para a caracterização do bem ou serviço? (arts. 6º, IX, e 7º, I, da Lei nº 8.666/93 e Acórdão 6349/2009 Segunda Câmara - TCU)	<input checked="" type="checkbox"/>		
5. Consta a justificativa quanto à inviabilidade de utilizar-se o formato eletrônico do pregão (art. 4º, § 1º, do Decreto nº 5.450/05)?			<input checked="" type="checkbox"/>
6. Consta a aprovação motivada do termo de referência pela autoridade competente (art. 8º, IV, 8º, Decreto 3.555/00)?	<input checked="" type="checkbox"/>		
7. Pesquisa de preços praticados pelo mercado do ramo do objeto da licitação (arts. 15, III e 43, IV da Lei nº 8.666/93)?	<input checked="" type="checkbox"/>		
8. Dotação Orçamentária (arts. 7º, § 2º, III, 14 e 38, caput, da Lei nº 8.666/93)?	<input checked="" type="checkbox"/>		
9. Decreto nomeação da CPL - (art. 3º, IV, §§1º e 2º da Lei nº 10.520/02, arts. 7º, parágrafo único, 8º, III, "d", e 21, VI, do Decreto nº 3.555/00)?	<input checked="" type="checkbox"/>		
10. Há minuta de edital e anexos? (art. 40 da Lei nº 8.666/93)	<input checked="" type="checkbox"/>		
10.1 Há exigência aos licitantes certidões de regularidade fiscal (art. 29 da Lei nº 8.666/93).	<input checked="" type="checkbox"/>		
10.2 Constituem anexos do edital as seguintes peças do processo?			
(a) termo de referência;			<input checked="" type="checkbox"/>
(b) termo de contrato, se for o caso;			<input checked="" type="checkbox"/>

Tucumã-PA, 18/09/2017.

*Pedro da Silva Neto Junior*  
 PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE TUCUMÃ-PA

PEDRO DA SILVA NETO JUNIOR